

O abuso psicológico e físico a mulheres indígenas

Psychological and physical abuse of indigenous women

Maltrato psicológico y físico a las mujeres indígenas

Recebido: 14/11/2024 | Revisado: 20/11/2024 | Aceitado: 21/11/2024 | Publicado: 24/11/2024

Pabloena da Silva Pereira

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-1027-1224>

Centro Universitário Fametro, Brasil

E-mail: pabloena_pereira18@hotmail.com

Adriano Dos Santos Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-6528-7020>

Centro Universitário Fametro, Brasil

E-mail: adriano.oliveira@fametro.edu.br

Ana Carolina Albuquerque dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9692-4242>

Centro Universitário Fametro, Brasil

E-mail: anacarolinaalbuquerque157@gmail.com

Kátia Luana Lima Marques

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-5824-2407>

Centro Universitário Fametro, Brasil

E-mail: katia.luanamarques17@gmail.com

Katiany Vanessa Bezerra Martin

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-2951-1013>

Centro Universitário Fametro, Brasil

E-mail: mamavanessa@hotmail.com

Melissa Fianma Pereira Costa

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-6491-9760>

Centro Universitário Fametro, Brasil

E-mail: melissafianmapc98@gmail.com

Resumo

Este estudo aborda as relações psíquicas atribuídas as mulheres indígenas ocasionadas pelo abuso psicológico e físico, através de uma conduta desrespeitosa adentrada em âmbitos hospitalares/de atendimento médico neste público-alvo. Tem como objetivo discorrer sobre o abuso psicológico e físico a mulheres indígenas. A metodologia de pesquisa para este estudo ocorreu através de uma revisão integrativa de obras literárias dos últimos cinco anos, delimitando-se no período de janeiro de 2019 a agosto de 2024, na qual ocorreu através de bases de dados específicas da área da saúde e multidisciplinares, como PubMed, Lilacs, Medline, SciELO e outras. Para as demais delimitações de coleta e análise de dados foi aplicado os critérios de elegibilidade, para serem detalhados na seção metodológica deste artigo. Os resultados obtidos na revisão denotam uma escassez de conteúdos que delimitam a problemática no público de mulheres indígenas proposto neste estudo. A ampla gama de artigos encontrados traduz o abuso psicológico e físico nas mais variáveis contextualizações, mas sem abordar mulheres autóctones ou descendentes. Por fim, é possível observar que pouca ênfase foi colocada na identificação dos fatores e possíveis intervenções contra o desrespeito e o abuso contra a população abordada no país foram realizadas, tornando-se necessário atribuir novas implementações sociais e governamentais que atuem diretamente nos direitos de mulheres indígenas que sofreram ou sofrem abuso dentro de locais de atendimento público de saúde.

Palavras-chave: Mulheres; Indígenas; Abuso; Psíquico; Físico.

Abstract

This study addresses the psychological and physical abuse attributed to Indigenous women, caused by disrespectful conduct in hospital/medical care settings in this target audience. Its objective is to discuss the psychological and physical abuse of indigenous women. The research methodology for this study was an integrative review of literary works from the last five years, limited to the period from January 2019 to August 2024, which occurred through specific health and multidisciplinary databases, such as PubMed, Lilacs, Medline, SciELO, and others. For the other delimitations of data collection and analysis, eligibility criteria were applied, to be detailed in the methodological section of this article. The results obtained in the review denote a scarcity of content that delimits the problem in the audience of Indigenous women proposed in this study. The wide range of articles found translates psychological and physical abuse in the most variable contextualization, but without addressing Indigenous women or descendants. Finally, it is possible to observe that little emphasis was placed on identifying the factors and interventions against disrespect and abuse against the population

addressed in the country were carried out, making it necessary to assign new social and governmental implementations that act directly on the rights of Indigenous women who have suffered or suffer abuse within public health care settings.

Keywords: Women; Indigenous; Abuse; Psychic; Physical.

Resumen

Este estudio aborda las relaciones psíquicas atribuidas a mujeres indígenas causadas por abuso psicológico y físico, a través de conductas irrespetuosas en ambientes hospitalarios/de atención médica para este público objetivo. Su objetivo es discutir el abuso psicológico y físico de las mujeres indígenas. La metodología de investigación de este estudio se produjo a través de una revisión integradora de obras literarias de los últimos cinco años, acotada al período de enero de 2019 a agosto de 2024, que se realizó a través de bases de datos específicas de salud y multidisciplinarias, como PubMed, Lilacs, Medline, SciELO. y otros. Para otras delimitaciones de recolección y análisis de datos, se aplicaron los criterios de elegibilidad, que se detallarán en la sección metodológica de este artículo. Los resultados obtenidos en la revisión denotan una falta de contenidos que delimiten la problemática en el público de mujeres indígenas propuesto en este estudio. La amplia gama de artículos encontrados refleja abusos psicológicos y físicos en los contextos más variables, pero sin abordar a mujeres indígenas ni a sus descendientes. Finalmente, se puede observar que se puso poco énfasis en identificar los factores y posibles intervenciones contra el irrespeto y abuso contra la población dirigida en el país, siendo necesario atribuir nuevas implementaciones sociales y gubernamentales que actúen directamente sobre los derechos de las mujeres indígenas. que han sufrido o están sufriendo abusos en entornos de atención de salud pública.

Palabras clave: Mujeres; Indígena; Abuso; Psíquico; Físico.

1. Introdução

No Brasil, já houve uma população estimada entre 2 a 5 milhões de indígenas e atualmente, há uma quantidade bem menor (Conceição et al., 2020). A redução na população que ocorreu ao longo dos séculos é sinal de que ocorreram dificuldades nessa população ao longo dos séculos neste País e, na América Latina como um todo. Há esforços no sentido de melhorar a condição de pelo menos parte dessa população como se constata na tentativa de melhoria educacional em nível de formação de professores para as aldeias (Silva et al., 2020) mas apesar dos esforços, ainda há uma condição difícil para os povos indígenas ou parte significativa de dele.

O desrespeito e o abuso são fatores que transportam um impacto restritivo nas mulheres durante a busca por cuidados em âmbitos hospitalares, nos quais ocorrem através de humilhações psicológicas, queixas e sofrimentos não ditos sobre elas (Borges, 2022). À medida que os indicadores clínicos de saúde da mulher melhoram em todo o mundo, uma ênfase maior é colocada na qualidade do atendimento para melhorar os resultados da saúde da mulher, reduzir a mortalidade materna e garantir o cumprimento dos direitos sexuais e reprodutivos delas (Viana, 2022).

Nesse contexto, se tem observado um crescente corpo de evidências apontando para a prevalência de desrespeito e abuso físico e/ou psicológico durante o atendimento médico, seja por médicos, enfermeiros ou qualquer profissional atuando no âmbito (Borges, 2022). Nas delimitações apresentadas de abuso nas mulheres, especificamente mulheres de grupos vulneráveis como indígenas, abordadas neste estudo, se faz necessário apontar que estas condutas são caracterizadas por uma violação dos direitos das mulheres aos cuidados respeitosos, onde se acarreta um efeito dissuasor na utilização de instalações para o atendimento e impacta negativamente a saúde feminina.

Os abusos correlacionados aos âmbitos de atendimento médico em mulheres é um fenômeno complexo que inclui um grau de subjetividade, pois mulheres, famílias, profissionais de saúde e partes interessadas da comunidade podem defini-lo de forma diferente. Além disso, a prática está profundamente incorporada em práticas clínicas e sistemas de saúde (Viana, 2022).

Isso complica os esforços de intervenção, que devem ter como alvo os vários elementos e práticas contextuais que precipitam do abuso. Estudos recentes descrevem sete categorias de abuso as mulheres em locais de atendimento médico, que são: abuso físico, cuidados não consensuais, cuidados não dignos, discriminação, abandono e detenção em instalações (Campos et al., 2022).

Em 2023, outras pesquisas definiram as práticas abusivas em mulheres como interações ou condições de instalação que o consenso local considera humilhantes ou indignos, e aquelas interações ou condições que são experimentadas como ou

destinadas a ser humilhantes ou não dignas (Campos et al., 2022). Tal definição que captura instâncias individuais durante o abuso físico ou psicológico nas mulheres também apresenta uma deficiência adentrada nos fatores sistêmicos que contribuem para ambientes desrespeitosos ou abusivos. No Brasil, é reconhecido como um componente da violência a mulher, um conceito que ganhou força em toda a nação (Santos & Carvalho, 2020).

A violência contra a mulher, independentemente de sua raça, etnia, cor e classe social se enquadra em práticas desrespeitosas e abusivas no contexto de desigualdades estruturais e critica as hierarquias de poder incorporadas na área médica (Santos & Carvalho, 2020). Embora essas análises sejam essenciais para promover uma melhoria multifatorial para atenuar a violência psíquica e física em mulheres em instalações de atendimento médico, o presente artigo usará o termo de abuso em vez de violência para focar o escopo da discussão.

Apesar do sólido corpo de evidências para a prevalência de abuso em todo o mundo, menos ênfase é colocada na identificação dos fatores do fenômeno para mulheres em estado de vulnerabilidade, excepcionalmente mulheres indígenas. Assim, as análises e soluções específicas do Brasil são necessárias, pois intervenções bem-sucedidas variam muito de acordo com a cultura e o contexto local. Além disso, poucos estudos existentes sobre o abuso em mulheres indígenas trazem uma atenção especial à identificação e abordagem de tais condutas como experimentado por esta população. Este estudo tem como objetivo discorrer sobre o abuso psicológico e físico a mulheres indígenas.

2. Metodologia

A metodologia científica é importante para se ter reprodutibilidade nas condições de realização de uma pesquisa e nos seus resultados além de fornecer a classificação do tipo de estudo. A presente pesquisa é de natureza qualitativa e do tipo revisão bibliográfica (Almeida, 2021; Pereira et al., 2018; Prodanov & Freitas, 2013). Uma pesquisa de revisão integrativa usando as diretrizes do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analysis (PRISMA) foi conduzida para estudos que investigaram o abuso psicológico e físico a mulheres indígenas usando os bancos de dados como: PubMed, Lilacs, Medline, SciELO e outras até setembro de 2024, usando os seguintes descritores: Mulheres, Indígenas, Abuso, Psíquico, Físico.

A revisão integrativa de literatura é um método que organiza pesquisas para reunir resultados sobre um tema específico (Soares et al., 2010; Anima, 2014; Crossetti, 2012; Mattos, 2015). Esse formato metodológico permite uma compreensão ampla sobre o assunto ou problema estudado, facilitando a produção do conhecimento desejado (Ercole, Melo & Alcoforado, 2014).

Para a pesquisa, foram utilizados para auxílio os operadores booleanos na língua inglesa: “OR” e “AND” e os descritores foram transcritos para a língua mencionada para ajustar a pesquisa para estudos de cunho internacional, ficando: Indigenous Women OR Abuse OR Psychic OR Physical ou Indigenous Women AND Abuse AND Psychic AND Physical.

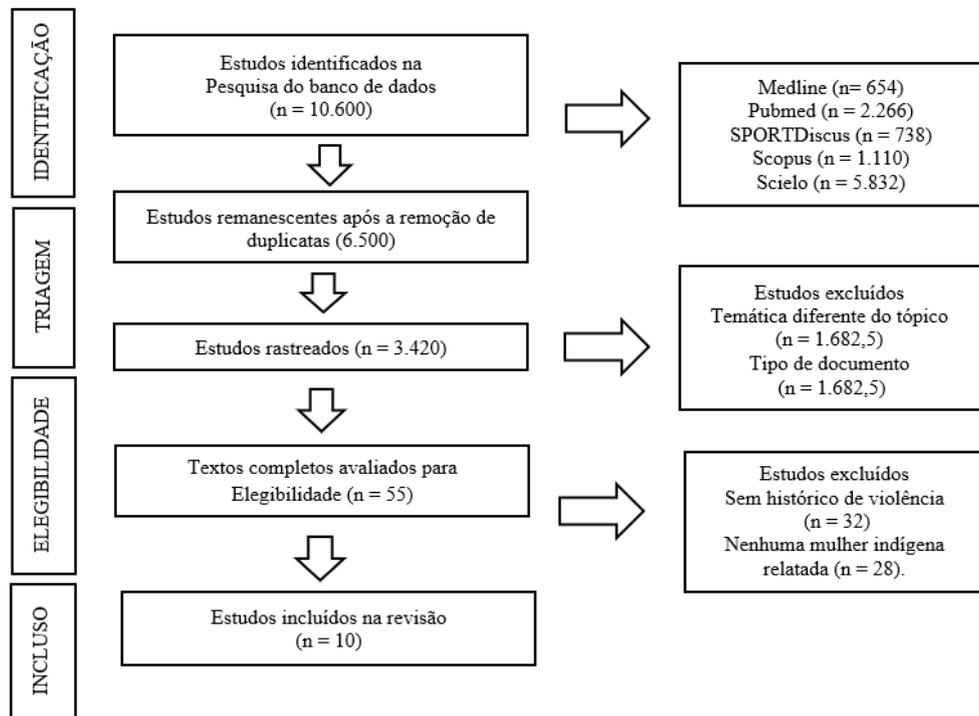
A triagem para critérios de inclusão a pesquisa original retornou com um total de 10.600 estudos, chegando há um total de 10 artigos lidos e revisados de forma independente, a fim de avaliar a qualidade do viés metodológico de obras cuja tipologia. Assim, esta revisão integrativa considera a síntese de evidências sobre os fatores contribuintes e as consequências dos cuidados desrespeitosos e abusivos a partir das perspectivas das mulheres indígenas.

Os critérios de exclusão foram a eliminação de artigos duplicados e não compatíveis com os critérios de inclusão.

3. Resultados e Discussão

Desta forma, um total de 10 artigos atendeu aos critérios de elegibilidade para a presente revisão de literatura, sendo exemplificados no (Figura 1).

Figura 1 – Etapas e Estratégias de Busca de Obras a partir da Meta-Análise (PRISMA).



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Quadro 1 - Principais estudos selecionados: O Abuso Psicológico e Físico as Mulheres Indígenas.

Nº	Autor/Ano	Título	Objetivo	Estudo	Revista
1	Almeida et al., (2023)	Identidade, diferença e reconhecimento: um olhar sobre os movimentos de mulheres indígenas no Brasil e a pauta de enfrentamento à violência de gênero.	Apontar a dificuldade no campo do reconhecimento identitário das indígenas, após enfatiza a mudança paradigmática representada Constituição Federal de 1988 no campo do reconhecimento social e jurídico.	Revisão de literatura	Revista Direito e Práxis
2	Barbosa et al., (2021).	A mulher indígena e a formação do povo brasileiro	Realizar uma análise acerca de uma das personagens mais importantes para a formação da sociedade: a mulher indígena.	Observacional	Cadernos Camilliani
3	Borges, (2022)	Recomendação Geral nº 39 (2022) sobre os direitos das mulheres e meninas indígenas.	Tradução livre da Recomendação Geral nº 39 (2022) sobre os direitos das mulheres e meninas indígenas em português.	Jurisdição	Revista Direito e Feminismos.
4	Campos et al., (2022)	O silêncio de yebá bêlô: violência e ausência de legislação protetiva específica das mulheres indígenas.	Abordar a falta de reconhecimento das especificidades da identidade cultural da mulher indígena e, consequentemente da violência à ela submetida.	Revisão de literatura	Interfaces Científicas-Humanas e Sociais
5	Oliveira, et al., (2019)	Violência sexual contra crianças e adolescentes na reserva indígena de Dourados, aldeias Jaguapiru e Bororó, Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil.	O objetivo é discutir a problemática enfrentada por duas comunidades multiétnicas, constituídas majoritariamente por famílias Guarani, Kaiowá e	Observacional	Revista Habitús-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia

			Terena, em uma unidade da Federação que oficialmente possui a segunda maior população indígena do país, bem como analisar as causas e consequências de crimes desta natureza no tempo presente.		
6	Almeida, (2021)	A violência contra a mulher indígena no estado do Tocantins e o amparo legal: um estudo a partir dos costumes e da cultura dos povos Apinayé e Karajá-Xambioá.	Identificar a ocorrência de atos relacionados à violência contra a Mulher Indígena no estado do Tocantins, e a prevalência das Leis que a amparam.	Pesquisa na perspectiva etnográfica	Facit Business and Technology Journal
7	Santos et al., (2022)	Violência contra as mulheres indígenas: uma análise inicial.	Tratar da violência e sua relação com as mulheres indígenas.	Pesquisa de cunho bibliográfico, documental e o método foi o materialismo histórico-dialético	XVII congresso brasileiro de assistentes sociais
8	Pinheiro et al., (2023)	Reflexos da Violência Obstétrica (VO) na saúde mental das mulheres uma Revisão Integrativa da literatura.	Investigar os impactos psicológicos da VO em mulheres, com ênfase na identificação de sintomas de distúrbios psiquiátricos como depressão e ansiedade e analisar as principais evidências científicas relacionadas à VO, destacando a prevalência, as consequências e as práticas médicas associadas.	Revisão Integrativa	Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences
9	Santana (2019)	Pelas mulheres indígenas: um panorama das trajetórias femininas indígenas	Discutir questões sobre gênero, violência e política a partir das reflexões apontadas por Lagarde (2010) e Valcárcel (2012).	Relatos e reflexões	Revista científica trama
10	Santos et al., (2020)	Direito de viver sem violência: proteção e desafios dos direitos das mulheres indígenas no Sistema Interamericano de Direitos Humanos.	Examinar a proteção e os desafios jurídicos dos direitos das mulheres indígenas no Sistema Interamericano de Direitos Humanos.	Pesquisa é documental e bibliográfico	Revista Brasileira de Políticas Públicas

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Vários termos são usados para descrever os Povos Indígenas que incluem Povos das Primeiras Nações. O termo “Aborígene” é frequentemente citado para se referir aos primeiros povos da América do Sul e seus descendentes (Morais, 2022). No entanto, a palavra “Indígena” agora é preferida e é considerada mais unificadora e menos colonizadora do que o termo “aborígene”. De acordo com o Censo Populacional de 2019, mais de 1 milhão de pessoas no Brasil se identificam como indígenas, representando 5% da população (Staliano; Kaneko & Mondardo, 2022).

No estudo de Santos et al., (2022), demonstraram que a violência contra as mulheres, especialmente indígenas, é uma das violações mais preocupantes, relacionada à condição social da mulher. Entre comunidades indígenas, a violência pode ser percebida, por vezes, como uma prática tradicional de correção. Isso reforça a necessidade de um tratamento diferenciado, considerando cuidadosamente os costumes e tradições dessas mulheres para que elas não se sintam desrespeitadas em suas identidades culturais ao buscar proteção contra a violência física ou moral.

A visibilidade das questões femininas nas comunidades indígenas através do ativismo, fomentam a sensibilização e a

educação tanto entre as indígenas quanto na sociedade como um todo. Sua investigação e engajamento estão concentrados na formulação de políticas públicas, apoio social e jurídico que honrem e valorizem as tradições culturais, com o objetivo de construir uma sociedade mais inclusiva e equitativa para as mulheres indígenas (Oliveira & Oliveira, 2019) (Figura 2).

Figura 2 – Ativista e Pesquisadora Indígena.



Fonte: Oliveira & Oliveira (2019).

Os povos indígenas vêm de várias nações e comunidades com culturas distintas, mas compartilham uma experiência comum de marginalização e opressão. As dificuldades contemporâneas encontradas nas comunidades indígenas devem ser interpretadas à luz do trauma histórico (Almeida; Angelin & Veronese, 2023).

Ao longo de sua história, várias leis e medidas promoveram a assimilação dos Povos Indígenas na sociedade. Essas medidas assimilatórias, que incluem a perda de terras através da expropriação de terras indígenas e realocação de comunidades indígenas para reservas, e remoção de crianças através do sistema escolar resi/dencial, bem como o "colher dos anos sessenta" (as crianças eram retiradas de suas famílias e comunidades para serem colocadas em lares adotivos ou adoção), foram descritas por vários autores como um genocídio cultural (Zambiasi & Oliveira, 2022).

Este sistema colonialista ainda permanece hoje (por exemplo, invasão de territórios, minas, oleodutos, subfinanciamento de comunidades, mulheres e meninas indígenas desaparecidas e assassinadas e pessoas de gênero diverso), que continua a impactar severamente a cultura indígena, incluindo sistemas familiares e comunitários, com consequências devastadoras para a vida dos indivíduos e suas comunidades (Oliveira & Oliveira, 2019).

Enquanto algumas comunidades gradualmente conseguem reconstruir, muitos problemas persistem, incluindo angústia, suicídio, crime, pobreza, mortalidade infantil, discriminação e problemas de dependência. Os Povos Indígenas, bem como as mulheres indígenas, carregam um pesado fardo de sofrimento que aumenta sua vulnerabilidade e é transmitido através da violência física, psicológica e sexual (Barbosa & Vieira, 2021).

As mulheres indígenas são três vezes mais propensas a sofrerem violência em comparação com pessoas não indígenas. Além disso, uma revisão sistemática estima que 50% dos povos indígenas sofrem abuso sexual na infância, em comparação com 30% das mulheres e 20% dos homens na população em geral (Staliano; Kaneko & Mondardo, 2022).

Um estudo recente das características de 1.500 adolescentes e mulheres que usam centros especializados de tratamento de violência relatou que 15% se identificaram como indígenas, o que é desproporcionalmente alto em comparação com os 5% de mulheres e meninas indígenas na população feminina geral (Almeida; Angelin & Veronese, 2023).

Na pesquisa Almeida (2021), determina que a violência contra mulheres indígenas está frequentemente associada ao consumo de álcool, um hábito moldado pelo convívio com não indígenas e pela introdução de drogas legais. Na conclusão dos

resultados houve impossibilidade de realizar uma pesquisa de campo devido à pandemia de Covid-19, porém, foi conduzida uma investigação teórica e documental na internet. Mais, houve um caso de abuso sexual notificado em Itacajá, na Terra Indígena Krahôlândia, habitada pelo povo Krahô. Onde as mulheres denunciaram atos e palavras que provocaram constrangimento. O que mostra que o problema ainda é pertinente e requer mais pesquisas científicas e intervenções de prevenção contra a violência as mulheres indígenas.

O abuso psicológico e físico contra mulheres indígenas é um fenômeno que se manifesta de forma complexa e multifacetada, refletindo as opressões históricas, sociais e estruturais que afetam essas comunidades. Essas mulheres, que muitas vezes enfrentam discriminações múltiplas por serem tanto mulheres quanto indígenas, encontram-se em uma posição de vulnerabilidade que é agravada pela falta de políticas públicas efetivas e pela ausência de proteção específica que atenda às suas necessidades culturais e sociais (Almeida; Angelin & Veronese, 2023).

A violência de gênero entre as mulheres indígenas não é um fenômeno recente. Ela está enraizada na colonização e na formação do povo brasileiro, que historicamente marginalizou as comunidades indígenas, incluindo suas tradições e modos de vida (Barbosa & Vieira, 2021). Com o tempo, esse histórico de opressão contribuiu para a construção de um sistema que frequentemente invisibiliza as demandas específicas dessas mulheres, colocando-as em um contexto de constante violação de direitos humanos.

A Recomendação Geral nº 39, lançada em 2022, representa um marco importante para o reconhecimento dos direitos das mulheres e meninas indígenas, com destaque para a necessidade de ações que visem combater todas as formas de violência contra elas (Borges, 2022). No entanto, apesar de avanços normativos, as barreiras culturais, linguísticas e sociais ainda impedem que essas mulheres tenham acesso à justiça e à proteção integral. Além disso, as comunidades indígenas enfrentam desafios em relação ao acesso aos serviços de apoio, que muitas vezes não são culturalmente adaptados.

A violência gineco-obstétrica é outro aspecto crítico que afeta as mulheres indígenas, destacando-se como uma das formas mais negligenciadas de abuso. Muitas delas sofrem maus-tratos e falta de assistência adequada durante o processo de maternidade, o que afeta não apenas a saúde física, mas também a saúde mental (Brandão, 2020; Pinheiro; Barbosa; Rodrigues, 2023). Essas violências têm consequências profundas na vida das mulheres, refletindo-se na perpetuação de traumas e no enfraquecimento da confiança nos sistemas de saúde.

Outro problema recorrente enfrentado pelas mulheres indígenas é o silêncio em torno das situações de violência, como aponta Campos et al. (2022). A ausência de uma legislação protetiva específica e o receio de estigmatização dentro das próprias comunidades fazem com que muitas mulheres não denunciem as agressões sofridas. Esse silêncio, reforçado pela falta de canais de apoio e proteção específicos, perpetua o ciclo de violência, dificultando a busca por justiça e suporte adequado.

Na esfera da violência sexual, crianças e adolescentes indígenas também enfrentam riscos elevados, especialmente nas reservas e aldeias onde o Estado é menos presente. Estudos mostram que a violência sexual contra crianças e adolescentes indígenas é um problema alarmante e que as vítimas têm pouca ou nenhuma assistência adequada (Oliveira & Oliveira, 2019; Staliano; Kaneko; Mondardo, 2022). Esse contexto revela a vulnerabilidade das mulheres indígenas desde a infância, evidenciando a necessidade de políticas públicas que protejam os direitos dessa população em todas as fases da vida.

Além das dificuldades de proteção jurídica e social, a violência contra mulheres indígenas no Brasil é agravada pela exclusão social e pelo esbulho territorial, que enfraquece a relação dessas comunidades com suas terras e culturas (Oliveira Feitosa & Souza, 2019). O desrespeito aos territórios indígenas não só desestrutura suas formas de vida, mas também contribui para o aumento da violência doméstica, à medida que as comunidades enfrentam maior precarização e instabilidade econômica.

A violência sexual contra as mulheres indígenas é uma realidade que se manifesta de maneira silenciosa e brutal, e a situação é ainda mais grave nas regiões isoladas da Amazônia, onde o Estado tem pouca presença (Morais, 2022). Estudos indicam que as mulheres indígenas sofrem abusos não apenas por membros de suas comunidades, mas também por agentes

externos, como madeireiros e garimpeiros, que invadem seus territórios. Esse cenário de violência, além de afetar fisicamente essas mulheres, tem impactos profundos em sua saúde mental e emocional.

O impacto da violência na vida das mulheres indígenas se estende para além dos danos físicos e psicológicos. Essa violência afeta também o seu direito de viver em segurança, sem medo, e de exercer plenamente sua identidade cultural e seus valores (Viana, 2022). Muitas dessas mulheres sofrem pressões para manterem-se em silêncio, o que fortalece o ciclo de violência e impede o empoderamento e o reconhecimento de suas necessidades e direitos.

A falta de políticas públicas voltadas especificamente para mulheres indígenas evidencia uma lacuna significativa no sistema de proteção brasileiro. Embora o Sistema Interamericano de Direitos Humanos reconheça o direito das mulheres indígenas a uma vida livre de violência, o Brasil ainda enfrenta desafios em implementar medidas efetivas que assegurem esses direitos (Santos; De Carvalho, 2020). Isso reforça a importância de uma ação integrada entre Estado, sociedade civil e organizações indígenas.

Um ponto essencial para combater a violência é a promoção de políticas que valorizem a indigeneidade e respeitem as tradições e especificidades culturais dessas mulheres (Leal, 2019). A arte e a cultura indígena são formas de resistência e empoderamento para muitas dessas mulheres, que encontram nessas expressões maneiras de denunciar abusos e promover mudanças em suas comunidades.

A violência contra mulheres indígenas não é apenas uma questão de segurança, mas também uma violação de direitos humanos. Para isso, é crucial que a sociedade civil, o governo e as instituições de defesa dos direitos humanos promovam a implementação de políticas que valorizem a diversidade e protejam as populações mais vulneráveis.

Portanto, combater a violência contra mulheres indígenas requer uma compreensão profunda das dinâmicas culturais e dos desafios específicos que elas enfrentam. Isso inclui não apenas fornecer suporte imediato para as vítimas, mas também implementar ações de longo prazo para prevenir a violência e fortalecer a resiliência dessas comunidades. É necessário que o Brasil amplie os investimentos em programas de educação e conscientização sobre os direitos das mulheres indígenas, promovendo campanhas de sensibilização e treinamento para profissionais de saúde, segurança e assistência social que atuem junto a essas comunidades. Somente assim será possível construir um ambiente onde as mulheres indígenas possam viver sem medo e ter seus direitos respeitados, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva.

A imagem das mulheres indígenas na população em geral é frequentemente caracterizada por estereótipos e uma invisibilidade social que contribui para a ausência de reconhecimento de suas identidades e necessidades particulares. Muitas vezes, esses estereótipos limitam-se a imagens folclóricas e idealizadas, o que encobre realidades complexas, especialmente em contextos de violência. Este panorama se intensifica ao se considerar a elevada taxa de denúncias de violência contra mulheres indígenas em relação à sua proporção na população em geral. Esses relatos de violência revelam uma desigualdade alarmante que espelha a marginalização dessas comunidades e a demanda por políticas públicas que incentivem segurança, respeito e a plena aceitação de suas identidades (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Representação de mulheres indígenas na população geral versus denúncias de violência.



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A continuidade do combate à violência psicológica e física contra mulheres indígenas no Brasil requer um entendimento mais profundo das raízes e consequências desse problema, além da criação de medidas eficazes e adaptadas às necessidades culturais e sociais dessas comunidades. A violência contra mulheres indígenas está, em grande parte, ligada à exclusão social, ao racismo estrutural e à marginalização histórica dos povos indígenas (Almeida; Angelin & Veronese, 2023). Esse contexto aprofunda as vulnerabilidades dessas mulheres, especialmente quando associadas à violência doméstica, ao desrespeito às suas tradições e ao impacto da perda territorial.

O reconhecimento das especificidades culturais é fundamental para um enfrentamento efetivo. As políticas públicas voltadas para essa população ainda são escassas e, muitas vezes, não consideram a identidade cultural das mulheres indígenas, o que limita a eficácia das medidas protetivas e dos programas de apoio. Estudos demonstram que uma abordagem intercultural é essencial para garantir que essas políticas sejam adequadas e respeitem os valores e tradições das comunidades indígenas (Barbosa & Vieira, 2021). A Recomendação Geral nº 39, de 2022, destaca a importância desse enfoque, mas a implementação no Brasil ainda enfrenta muitos desafios (Borges, 2022).

Outro ponto crucial é a necessidade de profissionais capacitados para lidar com os casos de violência contra mulheres indígenas, levando em conta as particularidades sociais e culturais. O atendimento em unidades de saúde, por exemplo, muitas vezes carece de sensibilidade cultural, o que afasta as mulheres indígenas dos serviços e as impede de relatar as violências sofridas (Brandão, 2020). Profissionais de saúde, segurança pública e assistência social precisam de treinamento específico para entender o contexto indígena e agir de maneira respeitosa e eficaz.

A falta de apoio à maternidade é um fator agravante para as mulheres indígenas. A violência gineco-obstétrica é comum, e muitas vezes, essas mulheres enfrentam tratamentos desumanos durante a gestação e o parto, o que afeta profundamente sua saúde física e mental (Pinheiro; Barbosa & Rodrigues, 2023). Além disso, a falta de estrutura nas aldeias e comunidades indígenas aumenta a dependência dessas mulheres de serviços que, frequentemente, não consideram suas tradições e práticas de cuidado.

A exploração sexual e a violência sexual contra mulheres indígenas, incluindo crianças e adolescentes, também são questões alarmantes. Esse tipo de violência ocorre, em parte, devido à vulnerabilidade social e ao isolamento geográfico das aldeias, especialmente em regiões remotas da Amazônia (Morais, 2022). As políticas públicas de combate à exploração sexual

ainda são insuficientes e não alcançam adequadamente essas áreas, deixando as vítimas desprotegidas e sem acesso a mecanismos de denúncia e apoio.

A violência psicológica, embora menos visível, é igualmente devastadora. Ela mina a autoestima e a identidade cultural das mulheres indígenas, muitas vezes fazendo com que elas internalizem o estigma e a discriminação. Esse tipo de violência está relacionado a um processo histórico de opressão e negação das culturas indígenas, o que enfraquece a resistência e a luta dessas mulheres por seus direitos (Viana, 2022).

A formação de redes de apoio e o fortalecimento das organizações indígenas femininas são estratégias essenciais para combater a violência. Movimentos de mulheres indígenas têm surgido em várias regiões do Brasil, buscando dar voz às necessidades e direitos dessas mulheres e denunciando os abusos sofridos. Essas organizações são fundamentais para promover uma conscientização interna nas comunidades e incentivar as mulheres a buscarem seus direitos e resistirem à violência (Almeida; Angelin & Veronese, 2023).

O papel do Estado é crucial para garantir a proteção dos direitos das mulheres indígenas. Contudo, é necessário que essa proteção vá além das palavras e se traduza em políticas efetivas e contínuas. A criação de delegacias especializadas em crimes contra mulheres indígenas e o fortalecimento dos sistemas de saúde e justiça nas regiões indígenas são medidas urgentes que precisam ser implementadas (Campos et al., 2022).

A educação é uma ferramenta poderosa para prevenir e combater a violência. Campanhas educativas que promovam o respeito pela cultura indígena e que valorizem o papel das mulheres indígenas na sociedade são fundamentais. É preciso desconstruir estereótipos e educar a população sobre a importância de preservar e respeitar as culturas indígenas. Além disso, a inclusão da história e das contribuições indígenas nos currículos escolares pode contribuir para a redução do preconceito e da discriminação (Santos & Carvalho, 2020).

A implementação de programas de saúde mental voltados para mulheres indígenas também é essencial. O impacto psicológico da violência é devastador, e muitas dessas mulheres não têm acesso a serviços de apoio psicológico. Profissionais de saúde mental capacitados e sensíveis à cultura indígena podem ajudar essas mulheres a lidar com os traumas e a recuperar sua autoestima e força para enfrentar a violência (Staliano; Kaneko & Mondardo, 2022).

O esbulho territorial e a perda de território afetam diretamente as condições de vida das mulheres indígenas, o que aumenta sua vulnerabilidade à violência. A terra é central para a identidade e a vida das comunidades indígenas, e a luta pelo direito ao território é também uma luta pela proteção das mulheres. Garantir a segurança territorial das comunidades indígenas é uma forma de reduzir a violência, pois proporciona uma base de segurança e estabilidade para essas mulheres e suas famílias (Oliveira Feitosa & Souza, 2019).

A violência obstétrica e os maus-tratos no sistema de saúde podem ser mitigados com políticas que valorizem as práticas tradicionais de cuidado e promovam o respeito pelos conhecimentos das parteiras e curandeiras indígenas. Essas práticas, muitas vezes desconsideradas pelo sistema de saúde convencional, são fundamentais para as mulheres indígenas, e a sua valorização pode reduzir o impacto da violência gineco-obstétrica (Brandão, 2020).

O apoio aos movimentos de mulheres indígenas e a criação de espaços de liderança são essenciais para que elas possam defender seus direitos e buscar soluções para os problemas que enfrentam. A participação ativa das mulheres indígenas na criação e implementação de políticas públicas é um passo importante para garantir que essas políticas sejam realmente eficazes e sensíveis às suas realidades (Almeida; Angelin & Veronese, 2023).

A interseção de gênero e etnia exige uma abordagem específica e detalhada das políticas públicas para combater a violência contra mulheres indígenas. Ações integradas e intersetoriais, que envolvam diferentes áreas como saúde, educação, segurança e direitos humanos, são fundamentais para construir uma rede de apoio efetiva e duradoura (Borges, 2022).

Em síntese, o combate à violência contra mulheres indígenas requer uma transformação ampla nas políticas públicas e

na percepção da sociedade sobre os direitos indígenas. A valorização da cultura, a criação de redes de apoio, a formação de profissionais capacitados e a inclusão dessas mulheres em espaços de decisão são passos fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Para continuar a discussão sobre o abuso psicológico e físico contra mulheres indígenas, é essencial enfatizar a importância de um sistema jurídico robusto e sensível que garanta a proteção e o respeito aos direitos dessas mulheres. Embora o Brasil possua legislação para combater a violência de gênero, as especificidades da violência sofrida por mulheres indígenas muitas vezes não são contempladas de forma eficaz. A implementação de políticas que levem em conta as particularidades culturais e territoriais dessas comunidades é fundamental para que as leis realmente cumpram seu papel protetor (Santos & Carvalho, 2020).

Além do sistema jurídico, o papel das lideranças comunitárias indígenas é crucial no combate à violência de gênero. Essas lideranças têm o poder de influenciar e educar a comunidade sobre a importância do respeito às mulheres, promovendo valores de igualdade e respeito que contribuem para a prevenção de abusos. Entretanto, essas lideranças precisam de apoio e formação para lidar com questões tão delicadas, uma vez que muitas vezes o machismo estrutural também se faz presente nas comunidades indígenas, dificultando o combate à violência (Barbosa & Vieira, 2021).

A questão da violência contra mulheres indígenas deve ser vista também como um problema de saúde pública. O impacto da violência física e psicológica na saúde mental e física dessas mulheres é imenso, resultando em consequências duradouras que afetam não apenas as vítimas, mas toda a comunidade. Programas de saúde pública voltados especificamente para a população indígena podem ajudar a mitigar esses impactos, oferecendo atendimento psicológico e médico adequado e respeitoso, além de fornecer apoio para que essas mulheres possam se recuperar e retomar suas vidas (Delziovo et al., 2022).

O fortalecimento das instituições e organizações que atuam na defesa dos direitos das mulheres indígenas é outra medida fundamental. Essas organizações, além de oferecerem apoio jurídico e psicológico, também têm o importante papel de denunciar abusos e dar visibilidade aos problemas enfrentados por essas mulheres. A criação de redes de apoio entre diferentes instituições e comunidades fortalece a luta contra a violência, ampliando as possibilidades de ajuda e criando um sistema de suporte que vai além das fronteiras geográficas (Almeida; Angelin & Veronese, 2023).

A educação nas escolas, especialmente aquelas localizadas em regiões com populações indígenas, é um ponto-chave para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao inserir nos currículos escolares temas como direitos humanos, igualdade de gênero e respeito às diferenças culturais, contribui-se para a formação de uma nova geração mais consciente e sensível às questões de gênero e etnia. O respeito aos direitos indígenas e o combate à violência contra a mulher devem ser ensinados desde cedo, para que esses valores se consolidem na sociedade (Morais, 2022).

Os desafios para reduzir a violência contra mulheres indígenas no Brasil envolvem também a questão da comunicação e do acesso à informação. Em muitas aldeias, a comunicação com o exterior é limitada, o que dificulta o acesso das mulheres aos serviços de apoio e proteção. A ampliação dos meios de comunicação nas áreas indígenas, incluindo o acesso à internet e a presença de veículos de comunicação que respeitem e valorizem a cultura indígena, pode contribuir para que essas mulheres estejam mais informadas sobre seus direitos e saibam onde buscar ajuda (Staliano; Kaneko & Mondardo, 2022).

A violência sexual é outro aspecto alarmante da violência de gênero nas comunidades indígenas. Muitas vezes subnotificada e não discutida, a violência sexual contra mulheres e crianças indígenas é uma realidade brutal que compromete o desenvolvimento saudável das vítimas e gera traumas profundos. Programas de apoio e prevenção específicos são necessários para tratar esse problema, com o desenvolvimento de iniciativas que envolvam tanto a comunidade quanto o sistema de justiça para prevenir e punir esses crimes (Zambiasi & Oliveira, 2022).

Uma barreira significativa no combate à violência contra mulheres indígenas é o preconceito estrutural enraizado nas instituições públicas. As mulheres indígenas frequentemente enfrentam discriminação e estigmatização ao buscar ajuda, o que

muitas vezes as desencoraja a procurar os serviços necessários. O treinamento de funcionários públicos para lidar de maneira inclusiva e respeitosa com essas mulheres é essencial para promover um atendimento digno e acessível (Oliveira & Oliveira, 2019).

As questões ambientais e territoriais também exercem um papel relevante na violência contra mulheres indígenas. A perda de terras e o desmatamento afetam diretamente a vida dessas mulheres, que dependem dos recursos naturais para sua subsistência e bem-estar. A preservação do território indígena é, portanto, uma medida que vai além da questão ambiental e impacta diretamente a segurança e a qualidade de vida das mulheres indígenas (Oliveira Feitosa & Souza, 2019).

A falta de representatividade política das mulheres indígenas também dificulta a implementação de políticas públicas adequadas. A participação dessas mulheres em espaços de decisão política é limitada, e elas muitas vezes não têm voz nas questões que afetam diretamente suas vidas. A promoção de políticas de incentivo à liderança indígena feminina é uma estratégia importante para assegurar que as demandas dessas mulheres sejam atendidas (Almeida; Angelin & Veronese, 2023).

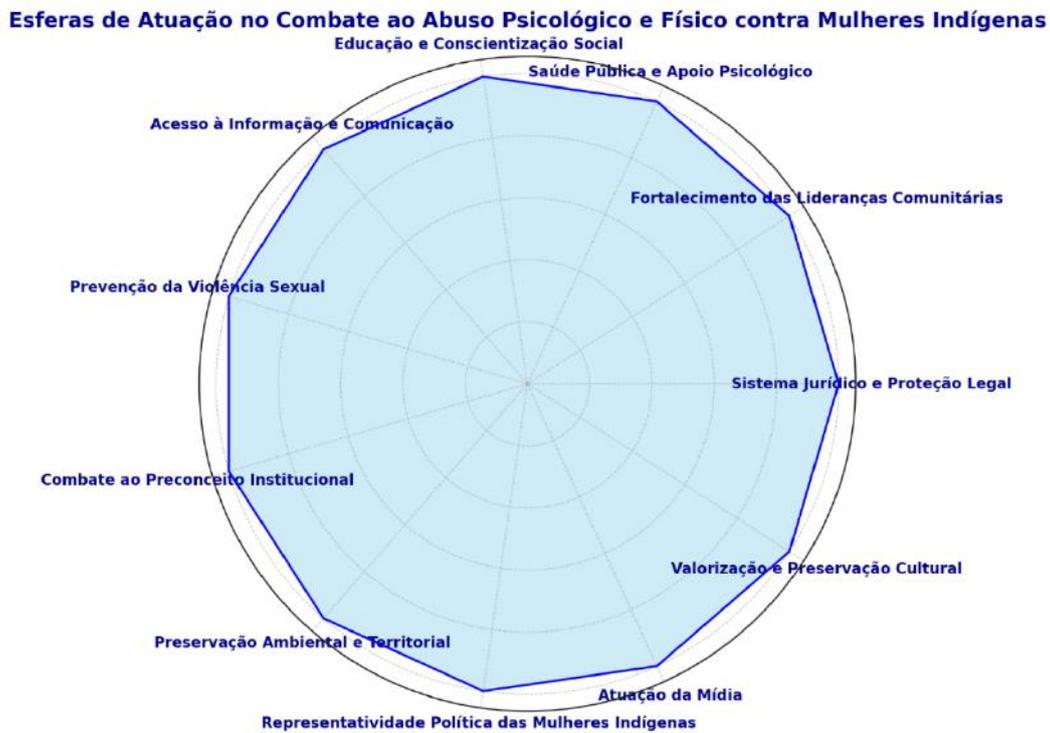
Além disso, a atuação da mídia na divulgação dos casos de violência contra mulheres indígenas é essencial para sensibilizar a sociedade e dar visibilidade ao problema. A mídia pode desempenhar um papel educativo e de conscientização, mostrando a gravidade da violência e os desafios enfrentados por essas mulheres. Reportagens e campanhas de conscientização podem contribuir para desmistificar preconceitos e estimular a empatia da sociedade (Campos et al., 2022).

Por fim, a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa passa pela valorização e preservação da cultura indígena. A compreensão e o respeito pelos valores, tradições e práticas dessas comunidades são fundamentais para combater o preconceito e a violência. A promoção da diversidade cultural e o incentivo ao diálogo entre culturas podem contribuir para a construção de uma sociedade onde todas as mulheres, inclusive as indígenas, possam viver sem violência e com respeito à sua identidade.

É crucial atuar em três áreas principais para combater o abuso psicológico e físico contra mulheres indígenas: jurídica, social e educacional. Na esfera jurídica, são essenciais políticas públicas específicas que assegurem os direitos das mulheres indígenas e garantam que elas tenham acesso ao sistema de justiça, com apoio jurídico e medidas de proteção eficazes. Isso engloba o estabelecimento e o reforço de delegacias especializadas, bem como medidas para combater a impunidade, assegurando a responsabilização dos agressores. Essas ações precisam ser adequadas culturalmente, considerando a variedade das etnias indígenas, para que as vítimas se sintam acolhidas e protegidas ao buscar auxílio.

No contexto social, é crucial investir em programas de suporte psicológico e social destinados a mulheres indígenas vítimas de violência, proporcionando um apoio que considere a realidade e os princípios de suas comunidades. Programas de saúde mental e de acolhimento são fundamentais, além de iniciativas que estimulem a autonomia econômica das mulheres, permitindo que elas se afastem de ambientes violentos sem o medo da dependência financeira. No contexto educacional, devem ser realizadas campanhas de sensibilização tanto nas comunidades indígenas quanto na população em geral, com o objetivo de combater o preconceito e conscientizar sobre a violência sofrida por essas mulheres. A intensificação da educação intercultural, que respeita as tradições indígenas, também auxilia na prevenção de abusos, fomentando uma sociedade mais inclusiva (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Gráfico de radar que ilustra as principais esferas de atuação para combater o abuso psicológico e físico contra mulheres indígenas.



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Essas medidas, tomadas em conjunto, formam uma abordagem multidimensional que é essencial para enfrentar o complexo problema da violência contra mulheres indígenas. O combate ao abuso psicológico e físico exige uma ação coordenada entre diferentes setores da sociedade, incluindo o poder público, as organizações da sociedade civil, as lideranças comunitárias e a própria população. Somente por meio de um esforço coletivo será possível construir um futuro em que as mulheres indígenas possam viver com dignidade, respeito e segurança.

4. Considerações Finais

Além da necessidade de políticas específicas para atender às mulheres indígenas, é essencial implementar programas de educação e sensibilização que abordem a violência sexual dentro das comunidades e fora delas. Esse processo inclui, principalmente, a criação de campanhas que desmistifiquem o preconceito e que promovam a compreensão sobre a história de opressão e marginalização enfrentada por essas mulheres. Tais campanhas podem ajudar a conscientizar a sociedade em geral e a capacitar as próprias comunidades indígenas a se organizarem contra as diferentes formas de violência.

Outro aspecto importante é a criação de redes de apoio que envolvam tanto agentes de saúde quanto lideranças indígenas. Esse apoio deve ser adaptado às especificidades culturais e sociais das mulheres indígenas, de forma que elas se sintam seguras e compreendidas. A formação de redes de apoio locais também pode servir como uma maneira de encorajar as mulheres a buscarem ajuda, sabendo que estão em um ambiente que respeita suas tradições e valores. Essas redes de apoio podem incluir conselheiros indígenas, profissionais de saúde mental e assistentes sociais com formação em atendimento culturalmente sensível.

A criação de espaços seguros é outro elemento crucial para a proteção e o bem-estar das mulheres indígenas. Em muitos casos, a falta de espaços onde elas possam expressar suas preocupações, denunciar abusos e receber apoio compromete a eficácia das políticas de proteção. Espaços de acolhimento dedicados às mulheres indígenas, onde possam compartilhar suas experiências sem medo de julgamento ou discriminação, são fundamentais para que as vítimas de violência sexual e psicológica possam se

recuperar e reconstruir suas vidas com dignidade.

Além disso, a formação de agentes de saúde e segurança em práticas culturalmente competentes é indispensável para que as mulheres indígenas se sintam protegidas e bem atendidas. Capacitar profissionais que lidam diretamente com essas mulheres, como médicos, enfermeiros, psicólogos e policiais, sobre as particularidades culturais e os traumas específicos da população indígena pode ser transformador. Com isso, é possível reduzir os obstáculos enfrentados pelas mulheres indígenas ao procurar ajuda, promovendo uma rede de apoio mais eficaz e acolhedora.

Adicionalmente, é essencial que haja uma maior participação das lideranças indígenas e das próprias mulheres indígenas na formulação de políticas públicas e programas de combate à violência. Essas lideranças e mulheres possuem uma compreensão profunda das necessidades, vulnerabilidades e potencialidades de suas comunidades. Ao envolver essas vozes no processo de tomada de decisões, é possível construir políticas mais eficazes e culturalmente apropriadas. A inclusão das mulheres indígenas nas decisões políticas fortalece o compromisso de todo o sistema de justiça e de assistência social com a proteção e o respeito aos direitos dessas comunidades, além de proporcionar uma abordagem mais integrada e holística.

Por outro lado, a documentação e a pesquisa sobre a violência sofrida pelas mulheres indígenas também precisam ser ampliadas. A falta de dados específicos muitas vezes contribui para a invisibilidade desses problemas e dificulta o desenvolvimento de soluções baseadas em evidências. Investir em estudos que explorem a prevalência, as formas e os impactos da violência sobre as mulheres indígenas é crucial para identificar lacunas e aprimorar as intervenções. Além disso, esses dados podem ajudar a conscientizar a sociedade sobre a gravidade da situação e gerar um movimento mais amplo de solidariedade e apoio, que inclua organizações não governamentais, instituições acadêmicas e comunidades locais.

Por fim, é fundamental que o governo e as organizações de direitos humanos reconheçam oficialmente a importância de integrar o conhecimento tradicional indígena às abordagens modernas de combate à violência. O conhecimento indígena, muitas vezes transmitido entre gerações, contém estratégias de cura e resiliência que podem complementar as intervenções atuais. Valorizando e respeitando essas práticas, torna-se possível não apenas criar um ambiente de apoio mais robusto, mas também fortalecer a identidade cultural dessas mulheres, empoderando-as para que resistam e superem o ciclo de violência ao qual foram submetidas.

Como sugestão para trabalhos futuros, recomenda-se a realização de estudos que investiguem a efetividade das políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres indígenas, com foco na análise de sua implementação nas diversas comunidades e nas possíveis melhorias a serem introduzidas. Além disso, seria relevante explorar diferentes metodologias de pesquisa, como revisões narrativas, revisões bibliométricas ou cienciométricas, que poderiam proporcionar uma compreensão mais ampla sobre o estado da arte e as lacunas existentes no tema. Pesquisas em campo, incluindo relatos de caso ou estudos de pesquisa-ação participativa, também poderiam ser conduzidas para coletar dados empíricos diretamente das comunidades indígenas, possibilitando uma análise mais profunda sobre as vivências e desafios enfrentados por essas mulheres. Outro aspecto importante seria a investigação da integração do saber tradicional indígena nas intervenções voltadas ao combate à violência, buscando entender como as práticas culturais podem ser incorporadas às abordagens contemporâneas, promovendo a resiliência e o empoderamento das mulheres indígenas. Tais estudos não apenas ampliariam o conhecimento sobre o tema, mas também contribuiriam para o aprimoramento das políticas públicas, aumentando a efetividade das ações de proteção e promoção dos direitos dessa população.

Referências

- Almeida, J. R. De; Angelin, R. & Veronese, O. (2023). *Identidade, diferença e reconhecimento: um olhar sobre os movimentos de mulheres indígenas no Brasil e a pauta de enfrentamento à violência de gênero*. Revista Direito e Práxis. 14(2), 915-39.
- Almeida, I. D. (2021). *Metodologia do trabalho científico*. Recife: Ed. UFPE.

- Almeida, S. A. (2021). A violência contra a mulher indígena no estado do Tocantins e o amparo legal: um estudo a partir dos costumes e da cultura dos povos Apinayé e Karajá-Xambioá. *Facit Business and Technology Journal*, 1(23). <https://revistas.faculadefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/840>.
- Anima. (2014). *Manual revisão bibliográfica sistemática integrativa: a pesquisa baseada em evidências*. Grupo Anima. https://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/manual_revisao_bibliografica-sistematica-integrativa.pdf.
- Barbosa, R. Do N.; & Vieira, F. G. (2021). *A mulher indígena e a formação do povo brasileiro*. Cadernos Camilliani e-ISSN: 2594-9640. 15(3-4), 331-44.
- Borges, L. (2022). *Recomendação Geral nº 39 (2022) sobre os direitos das mulheres e meninas indígenas*. Revista Direito e Feminismos. 1(2). DOI: <https://doi.org/10.56516/revdirfem.v1i2.32>.
- Brandão, T. O. (2020). *O direito de maternar sem violências: violência ginecoobstétrica e suas sequelas-dados comparados Brasil/Equador*. In: VI CONGRESO. p. 225.
- Campos, D. et al. (2022). *O silêncio de yebá bëló: violência e ausência de legislação protetiva específica das mulheres indígenas*. Interfaces Científicas-Humanas e Sociais. 9 (3), 149-68.
- Conceição, M. M. et al. (2020). *A esperança indígena através de políticas públicas brasileiras*. Revista Educação, ISSN-e 1980-6469. 15 (2). <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7510585>.
- Crossetti, M. G. M. (2012). *Revisión integradora de la investigación en enfermería el rigor científico que se le exige*. Rev. Gaúcha Enferm. 33(2): 8-9.
- Delzivoio, C. R. et al. (2022). *Guia para o manejo de situações de violência doméstica contra a mulher na APS*. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis.
- Mattos, P. C. (2015). Tipos de revisão de literatura. Unesp, 1-9. Recuperado de <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf>.
- McMaster, G. et al. (2020). Arte contemporânea indígena e indigeneidade global: entrevista de Gerald McMaster a Idjahure Kadiwel. *Poiésis*, Niterói. 21(35), 141-62. DOI: <https://doi.org/10.22409/poiesis.v21i35.40430>.
- Morais, D. M. M. (2022). *De documentos, cactos e vírus: violência sexual, mulheres indígenas e Estado em São Gabriel da Cachoeira*. Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, DOI: 10.11606/D.6.2022.tde-10032022-172751.
- Oliveira, V. G. C.; & Oliveira, J. E. (2019). Violência sexual contra crianças e adolescentes na reserva indígena de Dourados, aldeias Jaguapiru e Bororó, Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. *Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*. 17 (1), 197-220.
- Oliveira Feitosa, B. Dos S.; & Souza, J. A. (2019). *Violência e Ebulho Territorial de Indígenas em Mato Grosso: investigação histórica do Relatório Figueiredo (1950-1960)*. Revista Tellus. 23(51). DOI: <https://doi.org/10.20435/tellus.v23i51.880>
- Pereira A. S. et al. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. [free e-book]. Santa Maria/RS. Ed. UAB/NTE/UFSM.
- Pinheiro, P. J.; Barbosa, G. C.; & Rodrigues, M. D. (2023). *Reflexos da Violência Obstétrica na saúde mental das mulheres uma Revisão Integrativa da literatura*. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences. 5 (5), 1920-42.
- Prodanov, C. C. & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2ed. – Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul: Ed. Feevale.
- Santos, J. N. A.; & Carvalho, F. R. (2020). *Direito de viver sem violência: proteção e desafios dos direitos das mulheres indígenas no Sistema Interamericano de Direitos Humanos*. Revista Brasileira de Políticas Públicas. 10 (2). <https://publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/6767>.
- Santos, G. P.; Campos, T. A.; & Cantanhede, T. N. O. (2022). *Violência contra as mulheres indígenas: uma análise inicial*. XVII Congresso Brasileiro De Assistentes Sociais, 11 a 13 de outubro de 2022.
- Silva, J. A. C. et al. (2020). *Licenciatura indígena na formação de professores no Estado do Acre*. Ed. Poisson. DOI: 10.36229/978-65-86127-57-7. https://www.poisson.com.br/livros/individuais/lic_indigena/lic_indigena.pdf.
- Silva, J. A. C. et al. (2020). *Licenciatura indígena na formação de professores no Estado do Acre*. Belo Horizonte: Editora Poisson. https://www.poisson.com.br/livros/individuais/lic_indigena/lic_indigena.pdf.
- Staliano, P.; Kaneko, A. Y.; & Mondardo, M. (2022). *Violência Sexual Infantojuvenil Indígena: da Vulnerabilidade Social à Articulação de Políticas Públicas*. Estudos e Pesquisas em Psicologia. 22 (4), 1436-57.
- Viana, V. A. O., Madeiro, A. P., Mascarenhas, M. D. M., & Rodrigues, M. T. P. (2022). *Tendência temporal da violência sexual contra mulheres adolescentes no Brasil, 2011-2018*. Ciência & Saúde Coletiva, 27(6), 2363–2371. <https://doi.org/10.1590/1413-81232022276.14992021>.
- Zambiasi, J.; & Oliveira, L. A. (2022). Violência sexual contra crianças nas aldeias indígenas. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. 8 (4), 1474-90.